



VIII

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

2.588, de 25.1.1999 - Unifica as posições de câmbio dos mercados de câmbio de taxas livres e de taxas flutuantes e mantém as disposições normativas vigentes.

2.589, de 28.1.1999 - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei nº 9.138, de 29.11.1995, a Resolução nº 2.238, de 31.1.1996, e a Resolução nº 2.471, de 26.2.1998.

2.590, de 28.1.1999 - Altera o prazo mínimo de amortização das operações de que trata a Resolução nº 2.483, de 26.3.1998. Refere-se à captação de recursos no mercado externo para concessão de empréstimos ou financiamentos a atividades rurais e agroindustriais.

2.591, de 28.1.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos disciplinados pelos Regulamentos Anexos I a IV da Resolução nº 1.289/1987 em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil.

2.592, de 25.2.1999 - Dispõe sobre a representação, no país, de instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior.

2.593, de 25.2.1999 - Dispõe acerca da liberação de encaixe obrigatório sobre recursos captados em caderneta de poupança rural para aplicação em financiamentos rurais.

2.594, de 25.2.1999 - Dispõe acerca da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar), ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata a Resolução nº 2.507, de 17.6.1998.

2.595, de 25.2.1999 - Altera o regulamento anexo à Resolução nº 2.309, de 28.8.1996. O regulamento disciplina a modalidade de arrendamento mercantil operacional, autoriza a prática de operações de arrendamento mercantil com pessoas físicas em geral e consolida normas a respeito de arrendamento mercantil financeiro.

2.596, de 26.3.1999 - Dispõe sobre o funcionamento, no último dia útil do ano, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.597, de 26.3.1999 - Dispõe sobre a competência do conselho de administração das bolsas de valores para fixar o valor das contribuições anuais pagas pelas companhias abertas e sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais àquelas entidades.

2.598, de 26.3.1999 - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 1998/1999.

2.599, de 26.3.1999 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

2.600, de 26.3.1999 - Dispõe sobre operações de responsabilidade de cooperativas enquadradas no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que trata a Medida Provisória nº 1.781-7, de 11.3.1999.

2.601, de 30.3.1999 - Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR), ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.602, de 30.3.1999 - Dispõe sobre Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV).

2.603, de 30.3.1999 - Dispõe sobre operações de custeio de aveia, canola, cevada, trigo e triticale, ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

2.604, de 23.4.1999 - Altera a fórmula de cálculo do redutor “R” da TR.

2.605, de 23.4.1999 - Inclui ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento e homogeneização de leite entre os itens financiáveis ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de que trata a Resolução nº 2.528, de 30.7.1998.

2.606, de 28.5.1999 - Estabelece limite para o total de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, em bases consolidadas, para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil e suas controladas diretas e indiretas.

2.607, de 28.5.1999 - Estabelece mínimos de capital realizado e patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil, altera disposições da Resolução nº 2.212, de 16.11.1995, e modifica a regulamentação aplicável aos Postos de Atendimento Bancário (PAB).

2.608, de 28.5.1999 - Aprova o regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

2.609, de 1.6.1999 - Dispõe sobre ampliação do prazo de reembolso dos financiamentos de investimento ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - 3ª Fase (Prodecer III).

2.610, de 8.6.1999 - Estabelece as condições aplicáveis aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de que tratam a Lei Complementar nº 93, de 4.2.1998, e o Decreto nº 3.027, de 13.4.1999.

2.611, de 30.6.1999 - Estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das operações oficiais de crédito.

2.612, de 30.6.1999 - Estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das operações oficiais de crédito.

2.613, de 30.6.1999 - Dispõe sobre a realização de operações de compra de títulos de renda fixa com base em taxas de mercado e estabelece condições relativamente a operações ativas e passivas praticadas no mercado financeiro.

2.614, de 30.6.1999 - Permite a contratação de operações de câmbio interbancárias a termo.

2.615, de 30.6.1999 - Determina que o índice de preços relacionado às metas para a inflação, referido no art. 1º, parágrafo 1, do Decreto nº 3.088, de 21.6.1999, é o IPCA, calculado IBGE.

O Conselho Monetário Nacional, mediante proposta do Ministro de Estado da Fazenda, determinará índice substituto eventual, na impossibilidade de se aferir o IPCA.

Fixa as seguintes metas para a inflação, juntamente com os seus intervalos de tolerância, de acordo com o art. 1º, parágrafo 2, do Decreto nº 3.088, de 21.6.1999:

I - para o ano 2001: 4%, com intervalo de tolerância de menos 2% e de mais 2%;

II - para o ano 2000: 6%, com intervalo de tolerância de menos 2% e de mais 2%;

III - para o ano 1999: 8%, com intervalo de tolerância de menos 2% e de mais 2%.

Determina ao Banco Central do Brasil a efetivação das necessárias modificações em regulamentos e normas, visando à execução do contido nesta Resolução.

2.616, de 2.7.1999 - Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF).

2.617, de 2.7.1999 - Dispõe sobre limites de financiamento ao amparo de recursos controlados do crédito rural e acerca de financiamento destinado a aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6/2).

2.618, de 2.7.1999 - Institui o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite), ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo).

2.619, de 7.7.1999 - Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.898-11, de 29.6.1999, e o Decreto nº 2.936, de 11.1.1999.

2.620, de 16.7.1999 - Dispõe sobre concessão de prazo adicional para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.621, de 26.7.1999 - Programa de Financiamento às Exportações (Proex): revogação das regras especiais para a condução das operações de financiamento às exportações realizadas pelo BNDES-exim.

2.622, de 30.7.1999 - Dispõe sobre a realização de operações de não-residentes no país em contratos futuros de produtos agropecuários.

2.623, de 30.7.1999 - Dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

2.624, de 30.7.1999 - Consolida as normas sobre a constituição e o funcionamento de bancos de investimento.

2.625, de 30.7.1999 - Dispõe sobre o livre direcionamento de recursos captados no exterior.

2.626, de 30.7.1999 - Dispõe sobre a vedação à celebração de contratos de mútuo por parte de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

2.627, de 2.8.1999 - Estabelece como dependente de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito orientadas para o microempresendedor, cujo objeto social exclusivo é a concessão de financiamento a pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte, e para pessoas jurídicas classificadas como microempresas nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

2.628, de 6.8.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos das sociedades, fundos e carteiras de investimento instituídos pelos Regulamentos Anexos I a IV da Resolução nº 1.289, de 1987, em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa.

2.629, de 10.8.1999 - Altera e consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.630, de 12.8.1999 - Dispõe sobre as operações de empréstimo para capital de giro, realizadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do Fundo de Participação PIS/Pasep.

2.631, de 17.8.1999 - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei nº 9.138, de 1995, a Resolução nº 2.238, de 1996, e a Resolução nº 2.471, de 1998.

2.632, de 17.8.1999 - Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.898-12, de 1999, e o Decreto nº 2.936, de 1999.

2.633, de 17.8.1999 - Institui linha de crédito para financiamento à pré-comercialização de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.634, de 24.8.1999 - Dispõe sobre critérios e condições aplicáveis às operações de crédito rural alongadas/securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 ou renegociadas com base na Resolução nº 2.471/1998.

2.635, de 24.8.1999 - Dispõe sobre critérios e condições aplicáveis às operações amparadas por recursos do Funcafé, renegociadas sob as condições estabelecidas na Resolução nº 2.416/1997.

2.636, de 25.8.1999 - Define as condições para a troca de títulos de responsabilidade da União por títulos de emissão do Banco Central do Brasil na hipótese que menciona.

2.637, de 25.8.1999 - Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

2.638, de 25.8.1999 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

2.639, de 25.8.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência privada em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil.

2.640, de 25.8.1999 - Dispõe sobre a contratação de correspondentes no país.

2.641, de 25.8.1999 - Altera e consolida a regulamentação sobre a utilização de recursos da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito, destinados à cobertura e ao financiamento de despesas com a formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários.

2.642, de 25.8.1999 - Dispõe sobre o prazo para renegociação de operações ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - 3ª Fase (Prodec III).

2.643, de 3.9.1999 - Altera o limite de financiamento para beneficiários enquadrados no Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.644, de 10.9.1999 - Permite a abertura e a movimentação de contas em moeda estrangeira, no país, para as pessoas e nas condições que especifica.

2.645, de 22.9.1999 - Estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.646, de 22.9.1999 - Faculta a utilização da TJLP em operações realizadas no mercado de valores mobiliários.

2.647, de 22.9.1999 - Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 1.865-4, de 1999, que trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

2.648, de 22.9.1999 - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Funcafé, destinada ao financiamento de despesas de custeio das lavouras cafeeiras no período agrícola 1999/2000.

2.649, de 22.9.1999 - Dispõe sobre a concessão de EGF para produtos regionais e sementes, safra 1999/2000, e altera a regulamentação aplicável a financiamentos destinados à aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR).

2.650, de 22.9.1999 - Altera o limite de financiamento para beneficiários enquadrados no Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.651, de 23.9.1999 - Dispõe sobre a aquisição de ações de empresas vinculadas a fundo com finalidade previdenciária de estados, Distrito Federal ou municípios por instituição financeira federal.

2.652, de 23.9.1999 - Estabelece procedimentos para aplicação dos recursos dos fundos com finalidade previdenciária instituídos pela União, estados, Distrito Federal ou municípios, nos termos da Lei n° 9.717, de 27.11.1998.

2.653, de 23.9.1999 - Consolida e redefine regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

2.654, de 30.9.1999 - Fixa em 12,5% ao ano a TJLP a vigorar no período de 1.10.1999 a 31.12.1999, inclusive, calculada a partir da meta de inflação *pro rata* para os próximos 12 meses, baseada no contido no art. 2° da Resolução n° 2.615, de 30.6.1999, equivalente a 6,5%, acrescida de prêmio de risco de 6% (seis por cento).

2.655, de 5.10.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep, realizada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

2.656, de 6.10.1999 - Altera a regulamentação sobre a utilização de recursos da Unidade Orçamentária Operações Oficiais de Crédito, destinados à cobertura e ao financiamento de despesas com a formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários.

2.657, de 6.10.1999 - Dispõe sobre créditos de custeio da safra 1999/2000, destinado aos beneficiários enquadrados no Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.658, de 6.10.1999 - Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da parcela dos créditos de investimento formalizados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.659, de 28.10.1999 - Dispõe sobre a previsão de multa de mora em contratos de arrendamento mercantil.

2.660, de 28.10.1999 - Estabelece normas, condições e procedimentos para participação societária, no país, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.661, de 28.10.1999 - Altera disposições das Resoluções n°s 2.651 e 2.652, ambas de 23.9.1999, relativas aos fundos com finalidade previdenciária.

2.662, de 28.10.1999 - Dispõe sobre as condições especiais de financiamento, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aquisição ou manutenção/recuperação de máquinas, tratores, colheitadeiras, equipamentos e implementos agrícolas, sistemas de irrigação, ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento e homogeneização de leite, bem como de equipamentos relacionados com armazéns agrícolas.

2.663, de 28.10.1999 - Dispõe sobre desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) e sobre empréstimo a cooperativas para adiantamentos a cooperados, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

2.664, de 28.10.1999 - Altera a redação do *caput* do art. 2º da Resolução nº 1.690, de 1990, que dispõe sobre limite de posição de câmbio, e revoga o art. 10 da mesma resolução.

2.665, de 3.11.1999 - Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.898-15, de 1999, e o Decreto nº 2.936, de 1999.

2.666, de 11.11.1999 - Dispõe sobre os critérios e as condições aplicáveis às operações de crédito rural alongadas/securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 1995, ou renegociadas com base na Resolução nº 2.471, de 1998.

2.667, de 19.11.1999 - Altera a Resolução nº 2.576, de 17.12.1998, que define os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações.

2.668, de 25.11.1999 - Altera a Resolução nº 2.653, de 1999, que estabelece as regras para o contingenciamento de crédito ao setor público.

2.669, de 25.11.1999 - Altera o cronograma de redução do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente.

2.670, de 26.11.1999 - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei nº 9.138, de 1995, a Resolução nº 2.238, de 1996, e a Resolução nº 2.471, de 1998.

2.671, de 26.11.1999 - Dispõe sobre adiantamento à conta de crédito de custeio associado de que trata o MCR 10-5-3 "a".

2.672, de 26.11.1999 - Altera os encargos financeiros incidentes sobre operações ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.673, de 21.12.1999 - Estabelece novas características das Notas do Banco Central do Brasil - Série Especial (NBCE).

2.674, de 21.12.1999 - Estabelece normas, condições e procedimentos para a instalação de dependências, no exterior, e para a participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.675, de 21.12.1999 - Altera e consolida as normas que disciplinam as operações e os compromissos envolvendo títulos de renda fixa.

2.676, de 21.12.1999 - Dispõe sobre a utilização de serviços prestados por entidades que se dediquem à divulgação e negociação no país de ofertas firmes de preços e de negócios praticados nos mercados financeiro e de capitais, bem como de cotações de operações praticadas nesses mercados.

2.677, de 21.12.1999 - Dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

2.678, de 21.12.1999 - Altera prazos e condições relativamente aos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido fixados no Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 1994, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 2.607, de 1999.

2.679, de 21.12.1999 - Define a TJLP para o primeiro trimestre de 2000.

2.680, de 21.12.1999 - Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal para produtos da safra Norte/Nordeste 2000.

2.681, de 21.12.1999 - Altera e consolida as disposições do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-17, de 1999, e o Decreto nº 2.936, de 1999.

2.682, de 21.12.1999 - Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.683, de 29.12.1999 - Dispõe sobre a captação de recursos no exterior para livre aplicação no mercado doméstico e elimina a exigência de prazo mínimo nas operações de empréstimo externo.

Circulares do Banco Central do Brasil

2.855, de 13.1.1999 - Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da TR e da TBF.

2.856, de 18.1.1999 - Altera o valor-base para a concessão de assistência financeira aos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas.

2.857, de 25.1.1999 - Dispõe sobre limites de posição de câmbio e divulga esclarecimentos sobre as operações de câmbio que as instituições autorizadas e credenciadas podem realizar.

2.858, de 25.1.1999 - Estabelece novos limites para a posição de câmbio vendida no mercado de câmbio de taxas livres e no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

2.859, de 28.1.1999 - Estabelece prazos mínimos para a contratação, renovação e prorrogação de operações de empréstimo externo.

2.860, de 1.2.1999 - Estabelece novo limite para a posição de câmbio vendida no Mercado de Câmbio de Taxas Livres e no Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.

2.861, de 10.2.1999 - Dispõe sobre limites mínimos de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais para administradoras de consórcio e altera disposições relativas a operações de consórcio.

2.862, de 10.2.1999 - Faculta o financiamento de compras efetuadas no exterior por usuários de cartão de crédito.

2.863, de 10.2.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos dos fundos de investimento no exterior.

2.864, de 24.2.1999 - Altera o regulamento que rege o pagamento das importações brasileiras a prazo de até 360 dias.

2.865, de 25.2.1999 - Estabelece procedimentos para a obtenção de autorização para a representação, no país, de instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior.

2.866, de 2.3.1999 - Prorroga o termo do período de vigência da redução temporária do valor-base para a concessão de assistência financeira aos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas.

2.867, de 2.3.1999 - Altera a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas de debêntures e títulos de emissão própria de que trata a Circular nº 2.759, de 4.6.1997.

2.868, de 4.3.1999 - Estabelece período de vigência de meta para a taxa Selic, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

2.869, de 4.3.1999 - Altera condições operacionais das linhas de assistência financeira de que trata a Resolução nº 2.308, de 28.8.1996.

2.870, de 4.3.1999 - Altera os encargos financeiros da Linha Especial de Assistência Financeira do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) de que trata a Circular nº 2.672, de 6.3.1996.

2.871, de 4.3.1999 - Altera os encargos financeiros da linha especial de assistência, no bojo do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), de que trata a Circular nº 2.745, de 18.3.1997.

2.872, de 4.3.1999 - Altera custos financeiros por deficiências nos recolhimentos compulsórios/encaixes obrigatórios e na conta Reservas Bancárias.

2.873, de 4.3.1999 - Extingue o Depósito Voluntário Remunerado de que trata a Circular nº 2.851, de 2.12.1998.

2.874, de 10.3.1999 - Altera o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

2.875, de 10.3.1999 - Altera alíquota e forma do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior.

2.876, de 17.3.1999 - Altera o regulamento que rege o pagamento das importações brasileiras a prazo de até 360 dias.

2.877, de 17.3.1999 - Dispõe sobre a aquisição de quotas de fundos de investimento no exterior por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.878, de 18.3.1999 - Altera o prazo mínimo e explicita os critérios de cálculo para pagamento de juros das Notas do Banco Central do Brasil - Série Especial (NBCE).

2.879, de 31.3.1999 - Altera a forma de cumprimento do recolhimento compulsório de que trata a Circular nº 2.760, de 11.6.1997.

2.880, de 5.4.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos de Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro (FRF-CE) em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e em títulos de renda fixa de emissão ou aceite de instituições financeiras.

2.881, de 7.4.1999 - Altera o Regulamento sobre Contrato de Câmbio e Classificação de Operações e o Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.

2.882, de 22.4.1999 - Altera e consolida as normas aplicáveis a repasses interbancários de recursos captados nos termos da Resolução nº 63, de 21.8.1967.

2.883, de 29.4.1999 - Estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras de recursos de terceiros.

2.884, de 6.5.1999 - Dispõe sobre a atuação do Banco Central do Brasil nos mercados de câmbio e de títulos da dívida pública interna.

2.885, de 6.5.1999 - Altera a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas de debêntures e contratos de assunção de obrigações de que trata a Circular nº 2.759, de 4.6.1997.

2.886, de 6.5.1999 - Dispõe acerca de normas contidas na Circular nº 2.883, de 29.4.1999.

2.887, de 12.5.1999 - Estabelece procedimentos para registro e avaliação de títulos adquiridos nos termos das Resoluções nº 2.440, de 1997 e nº 2.483, de 1998, e da Circular nº 2.781, de 1997.

2.888, de 20.5.1999 - Dispõe sobre a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio.

2.889, de 20.5.1999 - Dispõe sobre a prestação, ao Banco Central do Brasil, de informações relativas a operações de consórcio.

2.890, de 20.5.1999 - Altera as condições dos depósitos interfinanceiros com recursos imediatamente disponíveis, permitidos pela Circular nº 2.279, de 16.2.1993.

2.891, de 28.5.1999 - Dispõe sobre o depósito no Banco Central do Brasil do excedente à posição de câmbio comprada e consolida as normas relativas à posição de câmbio vendida.

2.892, de 28.5.1999 - Estabelece diretrizes para a implementação de plano destinado a assegurar a continuidade operacional e a integridade das informações das instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e

administradoras de consórcio, ante eventuais situações emergenciais que possam afetar os sistemas eletrônicos de informação automatizados na passagem para o ano 2000.

2.893, de 28.5.1999 - Estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.894, de 28.5.1999 - Estabelece procedimentos para o cálculo do limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, em bases consolidadas, de que trata a Resolução nº 2.606, de 1999.

2.895, de 2.6.1999 - Altera o art. 4º da Circular nº 2.891, de 26.5.1999.

2.896, de 9.6.1999 - Altera o regulamento sobre contrato de câmbio e classificação de operações do mercado de câmbio de taxas livres e o regulamento do mercado de câmbio de taxas flutuantes.

2.897, de 16.6.1999 - Estabelece que permanecem em vigor as disposições das Circulares nºs 2.733 e 2.734, ambas de 2.1.1997, pelo prazo de cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) fixado no art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituído pela Emenda Constitucional nº 21, de 18.3.1999.

2.898, de 23.6.1999 - Altera o regulamento que rege o pagamento das importações brasileiras a prazo de até 360 dias.

2.899, de 23.6.1999 - Prorroga por sessenta dias o prazo para atendimento às disposições do art. 9º da Circular nº 2.893, de 27.5.1999. Esta Circular estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras de fundos de investimentos financeiros e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.900, de 24.6.1999 - Estabelece período de vigência da meta para a taxa Selic, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

2.901, de 24.6.1999 - Revoga as Circulares nºs 1.444, de 16.2.1989, que permitiu o diferimento dos gastos relativos à aquisição de pontos para abertura de novas agências, 2.634, de 16.11.1995, que estabeleceu normas de diferimento de gastos relativos ao Proer, e 2.707, de 31.7.1996, que facultou o diferimento de gastos relativos ao redimensionamento de recursos humanos, materiais e tecnológicos e da rede de dependências.

2.902, de 30.6.1999 - Dispõe sobre operações de câmbio interbancárias a termo, de que trata a Resolução nº 2.614, de 30.6.1999.

2.903, de 30.6.1999 - Dispõe sobre o depósito no Banco Central do Brasil do excedente à posição de câmbio comprada e consolida as normas relativas à posição de câmbio vendida.

2.904, de 30.6.1999 - Dispõe sobre a realização de operações compromissadas.

2.905, de 30.6.1999 - Dispõe acerca de prazos mínimos e da remuneração das operações ativas e passivas realizadas no mercado financeiro.

2.906, de 30.6.1999 - Dispõe acerca do resgate de quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.907, de 2.7.1999 - Estabelece limite para dispensa de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório em títulos públicos federais vinculados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

2.908, de 7.7.1999 - Reduz a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas de debêntures e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior de que trata a Circular n° 2.759, de 4.6.1997, e dá outras providências.

2.909, de 14.7.1999 - Estabelece procedimentos complementares para a adequação dos sistemas eletrônicos de informação ao processamento de datas posteriores ao ano de 1999.

2.910, de 14.7.1999 - Redefine o recolhimento compulsório sobre os recursos inscritos nos subgrupos/títulos contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) que especifica.

2.911, de 14.7.1999 - Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da TR e da TBF.

2.912, de 21.7.1999 - Dispõe sobre a remessa de informações relativas a créditos garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

2.913, de 21.7.1999 - Dispõe sobre a aplicação de recursos captados no exterior e estabelece procedimentos para registro e avaliação de títulos adquiridos com base nesses recursos.

2.914, de 28.7.1999 - Estabelece que a inclusão, nos contratos de concessão de crédito, da cláusula contratual de que trata o art. 8º da Circular n° 2.905, de 30.6.1999, passa a ser obrigatória a partir do dia 1.11.1999.

2.915, de 5.8.1999 - Estabelece procedimentos relativos à autorização e ao funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor.

2.916, de 6.8.1999 - Altera os fatores de ponderação de risco constantes da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV da Resolução nº 2.099, de 1994.

2.917, de 11.8.1999 - Programa Nacional de Desburocratização: dispensa, a partir de 20.8.1999, a exigência de emissão, impressão e guarda do documento “Registro Geral de Operações de Câmbio (RGO)”, que será substituído, para todos os fins e efeitos, pelas informações disponibilizadas por meio da transação Sisbacen PCAM100, opção 8.

2.918, de 11.8.1999 - Programa Nacional de Desburocratização: elimina a exigência de emissão, impressão e guarda do “Registro Geral de Operações de Câmbio (RGO)” e dispõe sobre a rotina de conformidade das operações de câmbio e apresentação de documentos ao Banco Central do Brasil.

2.919, de 18.8.1999 - Altera o Regulamento de Câmbio de Exportação, divulgado pela Circular nº 2.231, de 25.9.1992.

2.920, de 19.8.1999 - Altera prazos para remessa de demonstrações financeiras.

2.921, de 24.8.1999 - Altera a base de incidência do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório de que trata a Circular nº 2.759, de 4.6.1997.

2.922, de 24.8.1999 - Institui o registro declaratório eletrônico de investimentos externos em contratos futuros de produtos agropecuários, de que trata a Resolução nº 2.622, de 1999.

2.923, de 24.8.1999 - Prorroga o prazo para atendimento às disposições do art. 9º da Circular nº 2.893, de 1999.

2.924, de 30.8.1999 - Altera o art. 7º da Circular nº 2.900, de 24.6.1999, que trata do Comitê de Política Monetária (Copom).

2.925, de 2.9.1999 - Reduz a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas de debêntures e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior de que trata a Circular nº 2.759, de 4.6.1997.

2.926, de 8.9.1999 - Altera o Regulamento sobre Contratos de Câmbio e Classificação de Operações do Mercado de Câmbio de Taxas Livres e o Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.

2.927, de 8.9.1999 - Reduz a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre recursos à vista, de que trata a Circular nº 2.700, de 28.6.1996.

2.928, de 9.9.1999 - Altera e consolida a base de cálculo para a determinação das contribuições dos participantes do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e os procedimentos para seu recolhimento.

2.929, de 14.9.1999 - Prorroga o prazo para o atendimento às disposições do art. 7º da Circular nº 2.893, de 1999.

2.930, de 30.9.1999 - Programa Nacional De Desburocratização: Programa Permanente de Racionalização de Fluxos de Informações (PRFI) - Extingue e dispensa a remessa ao Banco Central do Brasil de documentos constantes do Catálogo de Documentos (Cadoc).

2.931, de 30.9.1999 - Altera o anexo à Circular nº 2.892, de 1999, que estabelece diretrizes com vistas à implementação de plano destinado a assegurar a continuidade operacional e a integridade das informações das instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcios, ante eventuais situações emergenciais que possam afetar os sistemas eletrônicos de informação automatizados na passagem para o ano 2000.

2.932, de 30.9.1999 - Estabelece procedimentos relativamente ao exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.933, de 30.9.1999 - Mantém a fixação dos encargos financeiros das operações de assistência financeira com base na taxa Selic.

2.934, de 4.10.1999 - Altera o fator de ponderação de risco constante da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, e cria títulos contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

2.935, de 11.10.1999 - Divulga instruções relativas às regras do contingenciamento do crédito ao setor público e aos limites para a realização de novas operações.

2.936, de 14.10.1999 - Dispõe sobre a inclusão, nos contratos de concessão de crédito, de informações a respeito de encargos e demais despesas incidentes no curso normal da operação, bem como sobre a divulgação da taxas efetivas mensais praticadas nos contratos de abertura de crédito em conta corrente.

2.937, de 14.10.1999 - Dispõe sobre a remessa das informações de que trata o art. 1º, inciso II, alínea "a", da Circular nº 2.720 de 1996.

2.938, de 14.10.1999 - Altera para R\$ 20 mil o valor mínimo para exigência de identificação de clientes no sistema Central de Risco de Crédito.

2.939, de 14.10.1999 - Reduz para zero a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, cédulas de debêntures, títulos de emissão própria e contratos de assunção de obrigações vinculados a operações realizadas com o exterior de que trata a Circular nº 2.759, de 4.6.1997.

2.940, de 14.10.1999 - Reduz para zero a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos a prazo de reaplicação automática, de que trata a Circular nº 2.586, de 30.6.1995.

2.941, de 14.10.1999 - Reduz para zero a alíquota do recolhimento compulsório de que trata o inciso I do art. 2º da Circular nº 2.910, de 14.6.1999.

2.942, de 20.10.1999 - Restabelece a possibilidade de concessão de autorização para administrar grupos de consórcio.

2.943, de 20.10.1999 - Estabelece procedimentos para a concessão de autorização para a representação, no país, de instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior.

2.944, de 21.10.1999 - Altera o Regulamento de Câmbio de Exportação, divulgado pela Circular nº 2.231, de 25.9.1992.

2.945, de 21.10.1999 - Divulga o Regulamento sobre Países com Disposições Cambiais Especiais e dá outras providências.

2.946, de 27.10.1999 - Altera prazos para remessa de demonstrações financeiras.

2.947, de 28.10.1999 - Dispõe sobre a posição de câmbio vendida e consolida as normas relativas à posição de câmbio comprada.

2.948, de 28.10.1999 - Altera o Regulamento de Importação, dispensando a exigência de contratação prévia de câmbio relativa a Declarações de Importações (DIs) registradas a partir de 30.10.1999, inclusive.

2.949, de 5.11.1999 - Estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.950, de 11.11.1999 - Estabelece a obrigatoriedade de comunicação, a funcionários e clientes de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil e administradoras de consórcio, das providências e dos procedimentos adotados com vistas à adequação de seus sistemas eletrônicos de informação automatizados ao correto processamento de datas posteriores ao ano de 1999.

2.951, de 11.11.1999 - Conceitua intermediação de *swap* e estabelece procedimentos para o registro contábil.

2.952, de 12.11.1999 - Estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

2.953, de 1.12.1999 - Altera fatores de ponderação de risco constantes da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 17.8.1994.

2.954, de 2.12.1999 - Altera procedimentos para elaboração e remessa das informações relativas ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata a Resolução nº 2.606, de 27.5.1999.

2.955, de 15.12.1999 - Altera o regulamento sobre o convênio de pagamentos e créditos recíprocos, exigindo recolhimento ao Banco Central do Brasil na situação que especifica.

2.956, de 29.12.1999 - Altera a sistemática e a forma de instrução de pedidos de autorização prévia e de registro de empréstimos externos.

2.957, de 30.12.1999 - Dispõe sobre a prestação de informações relativas a operações de crédito praticadas no mercado financeiro.